

Para superar a pobreza, é preciso prevenir, qualificar e fiscalizar



» WELLINGTON DIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e
Combate à Fome

» JOÃO PAULO SANTOS
Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do
Bolsa Família e do CadÚnico

O terceiro governo Lula tem sido marcado por um compromisso renovado com a justiça social, destacando-se o fortalecimento de programas como o Bolsa Família, reconhecido internacionalmente, que retoma seu lugar de destaque como uma das políticas públicas mais eficazes no combate à pobreza e na promoção da dignidade humana. Ancorado novamente na Rede do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e no Cadastro Único, o Bolsa Família foi relançado em 2023 promovendo importantes atualizações.

Entre as principais mudanças, destaca-se a recriação da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do CadÚnico, reforçando o controle e a transparência. A Rede Federal foi desenhada para alinhar diferentes órgãos do governo federal e garantir a melhoria contínua da política pública. O aprimoramento constante se dá por meio de planos anuais aprovados pelos ministérios envolvidos, tornando a responsabilidade pelo avanço institucional dos programas sociais compartilhada entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Gestão

e da Inovação em Serviços Públicos e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O envolvimento de todas essas pastas ministeriais é acrescido, em reuniões e articulações, com o efetivo engajamento de outros órgãos e entidades, como o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Defensoria-Pública da União, a Polícia Federal, entre outros. Em 2024, a implementação do Primeiro Plano de Ação alcançou 87% das metas previstas. O planejamento, resultado de 173 reuniões interinstitucionais com ampla participação, foi essencial para estruturar as medidas adotadas ao longo do ano, entre as quais estão:

• Articulação com o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas estaduais para fiscalizar a entrada e saída de beneficiários nos municípios, agregando ao CadÚnico, em 2024, os dados de 4.926 municípios.

• Estabelecimento de uma mesa de negociação permanente com a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública da União para aprimorar o desenho do programa e reduzir a judicialização, que está permitindo conciliações em mais de 1.715 ações judiciais individuais e coletivas.

• Criação da Unidade de Inteligência do CadÚnico, que permite identificar movimentações atípicas em tempo real, sendo que, só em 2024, foram encontradas e confirmadas 2.871 fraudes cadastrais.

• Instituição da obrigatoriedade de um Plano de Acompanhamento, Fiscalização, Avaliação da Gestão e Operacionalização do PBF e do CadÚnico, a ser feito pelos Conselhos de Assistência Social, com suporte técnico e financeiro das gestões municipais. A iniciativa já conta com a adesão de 3.844 prefeituras, conforme compromisso assumido nos termos de adesão do Novo Bolsa Família.

O ano de 2025 surge como promissor em consolidar a Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do CadÚnico como uma permanente articulação mais ágil e mais comprometida com a melhoria constante dos programas sociais. O primeiro passo para atingir esse patamar está no lançamento do segundo Plano Anual da Rede com novas ações que lançam luzes sobre outros aspectos a serem aprimorados, como o aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a proposta de um Grupo de Acompanhamento entre o MDS e a Polícia Federal para desenvolver trilhas de investigação específicas, com o objetivo de dismantelar quadrilhas envolvidas em fraudes cibernéticas contra programas sociais, garantindo maior segurança para os beneficiários.

Destaco ainda o projeto "Bolsa Família sem Fake News", que busca enfrentar a desinformação e os golpes frequentemente associados ao programa e a articulação com conselhos e movimentos sociais das áreas de saúde e educação para fortalecer ainda mais a efetividade das políticas públicas.

O governo federal, por meio da Rede Federal, está empenhado em integrar e aprimorar o Bolsa Família e o Cadastro Único. No curto prazo, o objetivo é garantir que as transferências de renda sejam mais eficientes e acessíveis. No médio prazo, a meta é consolidar uma sinergia ininterrupta que amplie a capacidade de intervenção governamental e, finalmente, seja possível superar a pobreza no Brasil, concretizando o objetivo fundamental da República que o nosso sonho constituinte teve: fazer do Brasil um Estado de bem-estar social eficaz, que impulse o desenvolvimento e reafirme a soberania nacional.



Brasil X Argentina e o macaco no espelho



» ANDERSON FERREIRA MARTINS
Sociólogo culturalista com
ênfase em desigualdade social
e política, conflitos étnicos e
raciais, pensamento político
brasileiro, história política do
Brasil e sistemas eleitorais

Recentemente, Brasil e Argentina se enfrentaram por uma vaga na Copa do Mundo de 2026. Fora a goleada, a partida seguiu o roteiro esperado para uma das maiores rivalidades do futebol mundial: provocações, embaixadinhas, entradas violentas e conflitos que transcendem o futebol. Para além das quatro linhas, há fantasmas antigos que assombram jogadores brasileiros: racismo, convivência institucional e silêncio cúmplice.

Poucos sabem que essa rivalidade começou com um dos atos mais abjetos da história do futebol. Em 1920, a Seleção Brasileira foi recebida na Argentina com uma charge racista que retratava seus jogadores como macacos. Em resposta, o Brasil entrou em campo com apenas sete atletas. A ferida, no entanto, não parou ali. No ano seguinte, o Brasil voltou à Argentina para disputar a Copa América, mas, sob as ordens do então presidente da República, Epitácio Pessoa, nenhum jogador negro foi convocado. A mesma pele que encantava com talento era rejeitada por racismo institucional.

Mais de um século depois, o mesmo racismo que vestia terno nas charges agora se disfarça de torcida. Recentemente, durante uma partida da Libertadores Sub-20, o atacante Luigi, do Palmeiras, foi alvo de ofensas racistas no Paraguai. A imagem é brutal: um torcedor do Cerro Porteño faz gestos de macaco, enquanto outro cospe no jovem atleta. A punição? Portões fechados e multa de US\$ 50 mil. Um tapa na cara com luvas de seda.

Dias depois, o presidente da Conmebol,

Alejandro Domínguez, quando questionado sobre um eventual boicote dos clubes brasileiros à Libertadores, ironizou com uma metáfora infeliz: "Seria como o Tarzan sem a Chita". No momento em que o futebol precisava de liderança, ele ofereceu uma piada de mau gosto, carregada de racismo normalizado, alimentando o preconceito e a violência nas arquibancadas.

Em uma região marcada por profundas desigualdades, o campo de futebol se tornou um espaço de afirmação para jogadores negros. Mas é também onde os negros são humilhados — pela cor da pele — quando ouçam brilhar demais.

Não por acaso, a luta de Vinícius Júnior na Espanha se conecta diretamente a esse cenário estrutural. Desde que começou a se destacar no Real Madrid, Vini tem sido alvo de ofensas racistas por torcidas adversárias, recebendo cantos de macaco em pleno século 21, em um dos países mais ricos do mundo. Sua resistência, no entanto, rompe o silêncio institucional: ele denuncia, confronta presidentes de ligas, mobiliza a imprensa e a opinião pública.

Vini transformou-se em símbolo de uma nova geração que não se cala diante do racismo e desafia, com coragem, estruturas que, durante décadas, fingiram não ver. Sua luta ultrapassa fronteiras, inspira jovens e pressiona as instituições a saírem da zona de conforto, deixando claro que o futebol europeu, apesar do verniz civilizatório, ainda reproduz a mesma lógica de exclusão e violência racial como a vista nos estádios sul-americanos.

E há algo ainda mais simbólico nessa conexão entre o Velho Continente e a nossa realidade. A Espanha, palco da luta de Vini, foi também colonizadora da América do Sul. O modelo de dominação que, por séculos, classificou povos como inferiores pela cor da pele, religião e origem é o mesmo que hoje se reflete nas arquibancadas e nas estruturas de poder do futebol. Não é coincidência que os gritos de "macaco" ecoem tanto em Madrid quanto em Assunção e Buenos Aires. São

ecos de uma cultura racista enraizada desde os tempos da colonização, que continua a classificar corpos negros como objetos de entretenimento — desde que calados e subalternos.

O maior símbolo de desrespeito a todo um povo e as culturas de um continente foi protagonizado pela própria Conmebol, quando, em 2018, levou a final da Copa Libertadores da América — torneio criado em homenagem aos líderes da independência latino-americana — para ser disputada em plena Madrid. A capital do império que saqueou o continente sul-americano e dizimou populações virou palco da celebração máxima de um torneio que carrega no nome a promessa de liberdade. Nada mais contraditório. Nada mais revelador. A imagem foi clara: o colonizador foi homenageado, e os libertadores, silenciados. Foi o momento em que o futebol sul-americano se ajoelhou diante de seu algoz, e o racismo estrutural ganhou mais uma medalha simbólica pendurada no pescoço da hipocrisia institucional.

O racismo é estrutural, e as entidades do futebol são responsáveis por sua manutenção. As punições são brandas, os discursos, genéricos, e as campanhas publicitárias, cosméticas. Racismo não se combate com hashtags.

Precisamos ir além. Clubes cujas torcidas pratiquem atos racistas devem ser desclassificados, e torcedores, banidos dos estádios. Federações que falharem no combate ao racismo devem ser suspensas de torneios internacionais. A Conmebol deve se reformular para os novos tempos com dirigentes antirracistas.

Domínguez, dirigente máximo do futebol sul-americano, expôs seu preconceito na semana do Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Não estamos mais em 1920. A sociedade não tolera mais o racismo.

O futebol pode continuar sendo uma selva, mas cabe a nós decidir se ela será de preconceito ou de resistência. Tarzan sem Chita não é o problema. O problema é olhar no espelho e não reconhecer o macaco que ainda vive dentro das estruturas do futebol sul-americano.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



De um povo heroico, um brado retumbante

Boa parte da sociedade está com a memória viva em relação à longa crise social, econômica e política dos últimos anos. As redes sociais tiveram o condão de mudar a percepção de grande parte das pessoas não somente para os problemas do país, mas, sobretudo, para aumentar o desejo e a atitude de muitos em direção aos valores próprios, fazendo brotar nos brasileiros um sentimento mais individualista e voltado, exclusivamente, para as necessidades imediatas e de longo prazo. Parece resultar da noção de que o Estado pouco, ou nada, faz pelos brasileiros. Hoje, muitos consideram que a melhor estratégia é partir para a luta individual em vez de esperar por qualquer amparo.

É preciso salientar que esse individualismo, cada vez mais presente na mentalidade do brasileiro, pode inverter a lógica do Estado, fazendo com que o governo passe a depender, cada vez mais, da vontade de uma população indiferente e distante, propiciando, inclusive, que a hipótese da desobediência civil seja considerada.

Com o passar do tempo, parece que, ao aumentar a descrença na política, a consolidação plena da democracia se assemelha com a gelatina na geladeira. Revelações verdadeiras para o distinto público apontam para uma elite disposta a tudo para enriquecer rapidamente e sem esforço.

Para um país que conta com quase um milhão de presos em condições sub-humanas de cárcere, essas revelações serviram muito mais como um simples incentivo para a ação continuada no mundo do crime. Deu, para essa parcela da população, a certeza de que a cadeia ainda é lugar para pretos e pobres.

Entender a deterioração social como algo moldado pela herança histórica ibérica mostra apenas as raízes ancestrais do problema que fazia parte inerente do sistema mercantilista e colonialista da época. Se antes a exploração e os desvios tinham origem em vontades vindas do exterior, com o desenvolvimento do capitalismo de compadrio, é muito mais rentável para uma empresa cooptar políticos e agentes públicos, buscando negócios fabulosos com o Estado em troca de propinas e outros meios ilícitos.

Transformadas em moedas de troca, dentro do tomalá dá cá generalizado, as nomeações políticas têm um peso crucial. Torna-se compreensível o discurso de muitos dirigentes políticos.

Obviamente, não se trata de nacionalismos ou protecionismo da economia nacional, mas tão somente de reservar esse nicho de mercado à sanha desmedida de partidos. Por aí se vê a razão da redução do tamanho do Estado, que incomoda tanta gente. Se, por um lado, os muitos casos revelados serviram para mostrar como é fácil desviar dinheiro público; por outro, mostrou que, impondo um fim a institutos como o foro privilegiado, a possibilidade de nomeações políticas para cargos técnicos e maior agilidade e presteza nas decisões da Justiça trazem a fórmula mágica para reduzir, da noite para o dia, tão imenso caos de malversação dos recursos públicos.

É, contudo, muito dinheiro para os padrões de um país como o Brasil, onde, historicamente, a impunidade é tratada de forma parcimoniosa pelas autoridades, sempre constrangidas em punir pessoas e grupos do mesmo estamento social, político e econômico.

» A frase que foi pronunciada.

“Nunca esqueçamos esta verdade fundamental: o Estado não tem outra fonte de dinheiro além do dinheiro que as pessoas ganham. Se o Estado deseja gastar mais, só pode fazê-lo tomando emprestado suas economias ou tributando-o mais. Não adianta pensar que outra pessoa vai pagar — que ‘outra pessoa’ é você. Não existe dinheiro público; só existe dinheiro dos contribuintes.”

Margaret Thatcher

Alegria, alegria

» Era a iniciativa que a cidade precisava. Abrir o Zoológico aos domingos e feriados sem a cobrança de ingressos é a alegria da criança e das famílias que têm contato do dinheiro para chegar ao fim do mês, agora com diversão. A final do Candangão também valeu com as passagens de metrô e ônibus e ingresso ao Mané Garrincha liberados, quando Gama e Capital se enfrentaram.

» História de Brasília

Entrando ou saindo de uma superquadra, ponha seu carro em segunda. A todo o instante pode surgir uma criança, e o senhor estará a salvo de qualquer acidente. Se o senhor tem motorista chapa branca avise a ele. (Publicada em 27/4/1962)